

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO REGIONAL VII - ITAQUERA**  
**2ª VARA CÍVEL**  
 Avenida Pires do Rio, 3915, Sala 14 - Itaquera  
 CEP: 08240-000 - São Paulo - SP  
 Telefone: (11) 3489-2219 - E-mail: itaquera2cv@tjsp.jus.br

### SENTENÇA

Processo nº: **1003052-34.2021.8.26.0007**  
 Classe - Assunto **Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: -----  
 Requerido: -----

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Sueli Juarez Alonso**

### CONCLUSÃO

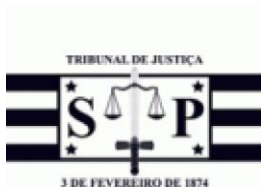
Em 27 de abril de 2021, faço estes autos conclusos, à(o) MM<sup>(a)</sup> Juiz(a) de Direito supra. Eu, \_\_\_\_\_\*, escrevente subscr.

### VISTOS.

-----, qualificada e representada nos autos, ajuizou ação de indenização por danos morais contra o -----, qualificados e representados nos autos, alegando, em síntese, que possui conta junto à primeira ré e que informou que receberia valor incomum em sua conta. O valor foi depositado em 17/12/2020, mas foi bloqueado e somente liberado em 28/12/2020. Afirmou que o mesmo procedimento foi adotado quando do recebimento da segunda parcela recebida em 15/01/2021 e liberada em 20/01/2021. Afirmou que não foi avisada sobre os bloqueios. Afirmou que

**1003052-34.2021.8.26.0007 - lauda 1**

ficou impedida de utilizar o dinheiro no final do ano, fato que frustrou suas expectativas, causando danos morais. Pleiteou indenização por danos morais, além das verbas decorrentes da sucumbência. Vieram os documentos de fls. 23/43.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO REGIONAL VII - ITAQUERA**  
**2ª VARA CÍVEL**

Avenida Pires do Rio, 3915, Sala 14 - Itaquera  
 CEP: 08240-000 - São Paulo - SP  
 Telefone: (11) 3489-2219 - E-mail: itaquera2cv@tjsp.jus.br

Citações fls. 49 e 50.

Contestação do ----- fls. 51/59 \_

alegando, em preliminar, ilegitimidade passiva de parte, pois a conta da autora é administrada pelo primeiro réu. No mérito, alegou, em resumo, que não cometeu ato ilícito e que a conta da autora é administrada pelo primeiro réu. Alegou, ainda, fortuito externo. Impugnou o pedido de indenização por dano moral. Requereu a improcedência do pedido. Documentos – fls. 60/89.

Contestação - ----- fls. 90/101 –alegando, em resumo, que a conta foi desbloqueada e a ação perdeu seu objeto. Alegou falta de interesse processual. Alegou, ainda, que a autora mantém conta e tomou ciência das cláusulas contratuais. Afirmou que somente tomou conhecimento do depósito em 18/12/2020 e que a transferência já tinha sido feita e que o bloqueio foi preventivo, pois a conta nunca tinha recebido créditos. Afirmou que a conta foi desbloqueada depois da apresentação dos documentos em 25/12. Defendeu sua conduta e impugnou o pedido de indenização por danos morais. Requereu a improcedência do pedido. Documentos – fls. 102/164.

Réplica fls. 168/195.

As partes não especificaram provas.

**1003052-34.2021.8.26.0007 - lauda 2**

É o relatório.

Decido.

Conheço diretamente do pedido, nos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO REGIONAL VII - ITAQUERA**  
**2ª VARA CÍVEL**  
Avenida Pires do Rio, 3915, Sala 14 - Itaquera  
CEP: 08240-000 - São Paulo - SP  
Telefone: (11) 3489-2219 - E-mail: itaquera2cv@tjsp.jus.br

Trata-se de pedido de indenização por dano moral sob a argumentação que houve bloqueio indevido na conta digital.

Primeiro, acolho a preliminar de ilegitimidade passiva de parte do -----, pois, de fato, o réu não tem qualquer relação jurídica com a autora. O fato de pertencerem ao mesmo grupo econômico não autoriza sua inclusão no polo passivo da ação.

Afasto a preliminar de falta de interesse processual, pois se discute a responsabilidade do primeiro réu pelo bloqueio dos valores e o prejuízo moral causado à autora. A ação não perdeu o objeto, pois não se discute o bloqueio, mas o dano causado.

No mérito, o pedido é procedente.

Em que pese o fato de o réu ----- ter bloqueado a conta da autora para verificação de possível fraude, não se justifica a demora na liberação da conta. De acordo com os documentos juntados a autora apresentou os documentos solicitados no dia 18/12, comprovante da origem do depósito, mas mesmo assim a conta não foi liberada. A informação de que foi liberada no dia 25/12 não se sustenta, em

**1003052-34.2021.8.26.0007 - lauda 3**

razão de se tratar do feriado natalino.

E, a corroborar a conduta abusiva do réu, houve novo bloqueio em 15/01/2021 e nesse bloqueio o réu não pode justificar pela falta de informação sobre o depósito, pois tinha ciência do novo depósito.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO REGIONAL VII - ITAQUERA**  
**2ª VARA CÍVEL**

Avenida Pires do Rio, 3915, Sala 14 - Itaquera  
 CEP: 08240-000 - São Paulo - SP  
 Telefone: (11) 3489-2219 - E-mail: itaquera2cv@tjsp.jus.br

Nestas circunstâncias, é certo que o ônus da prova, sem dúvida, cabia ao réu, porque entre as partes há relação de consumo e cabia ao réu justificar e demonstrar a necessidade da manutenção do bloqueio, mesmo depois de a correntista comprovar a origem do depósito.

Ocorre que desse ônus probatório não se desincumbiu o réu.

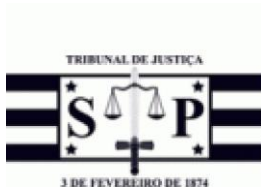
A conduta do réu causou danos à autora, pois ficou impossibilitada de movimentar sua conta nas festas natalinas. O fato, evidentemente, causa dano moral. Não se trata de mero aborrecimento.

Reconhecida a falha do réu como prestador de serviço, os danos morais dela decorrente e o nexo causal entre ambos, resta a fixação do 'quantum' indenizatório.

Não há critério legal para fixação do valor do dano moral, mas a jurisprudência pacífica entende que o valor a título de reparação moral precisa ser eficaz para atender à sua dupla função jurídica, que é a satisfação da dor da vítima e desestimulação do autor da ofensa na prática de novos atos. Além disso, a indenização deve guardar proporção com a natureza da ofensa, a gravidade objetiva e a repercussão subjetiva do fato

**1003052-34.2021.8.26.0007 - lauda 4**

para a vítima, bem como com a condição sócioeconômica dos envolvidos, até para que não se converta, indevidamente, em fonte de enriquecimento sem causa, portanto, são esses os parâmetros utilizados para a fixação do dano moral. O réu tem grande. A autora, porém, não tem condição financeira privilegiada, tanto que se auto-qualifica como pobre, na acepção jurídica do



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO REGIONAL VII - ITAQUERA**  
**2ª VARA CÍVEL**

Avenida Pires do Rio, 3915, Sala 14 - Itaquera  
 CEP: 08240-000 - São Paulo - SP  
 Telefone: (11) 3489-2219 - E-mail: itaquera2cv@tjsp.jus.br

termo. O valor postulado realmente mostra-se excessivo diante dos parâmetros acima indicados, para o caso concreto. Não há prova de outros danos. Assim, atendendo aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, fixo a indenização por danos morais em R\$ 5.000,00, corrigida monetariamente a partir da prolação desta sentença e acrescida de juros de mora de um por cento ao mês a partir da citação.

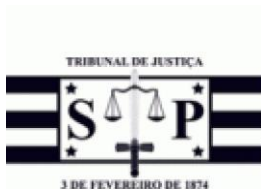
Posto isso, julgo **PROCEDENTE** o pedido para condenar o réu ----- pagar à autora indenização por dano moral no valor de R\$ 5.000,00, nos termos da fundamentação acima. Condeno o réu ao pagamento das custas processuais corrigidas desde o desembolso e honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da condenação, corrigido. **Julgo extinto o processo em relação ao -----**, com fundamento no art. 485, inciso VI do Código de Processo Civil. Condeno a autora ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas desde o desembolso e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor dado à causa, corrigido desde o ajuizamento da ação, condicionado aos termos do art. 98, parágrafo 3º do Código de Processo Civil.

**1003052-34.2021.8.26.0007 - lauda 5**

P.R.I.C.

São Paulo, 27 de abril de 2021.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO REGIONAL VII - ITAQUERA**  
**2ª VARA CÍVEL**

Avenida Pires do Rio, 3915, Sala 14 - Itaquera  
CEP: 08240-000 - São Paulo - SP  
Telefone: (11) 3489-2219 - E-mail: itaquera2cv@tjsp.jus.br

**1003052-34.2021.8.26.0007 - lauda 6**